



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

BÁRBARA VICTÓRIA PINHEIRO DE ASSIS

**POLÍTICA LINGUÍSTICA NO BRASIL: TENSÕES ENTRE POLÍTICAS
LINGUÍSTICAS E COOFICIALIZAÇÃO DE LÍNGUAS BRASILEIRAS**

Rio de Janeiro

2024

BÁRBARA VICTÓRIA PINHEIRO DE ASSIS

POLÍTICA LINGUÍSTICA NO BRASIL: TENSÕES ENTRE POLÍTICAS
LINGUÍSTICAS E COOFICIALIZAÇÃO DE LÍNGUAS BRASILEIRAS

Monografia submetida à Faculdade de
Letras da Universidade Federal do Rio
de Janeiro, como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura em
Letras na habilitação Português/Inglês.

Orientadora: Profa. Dra. Tania Conceição Clemente
de Souza

Rio de Janeiro

2024

FOLHA DE AVALIAÇÃO

BÁRBARA VICTÓRIA PINHEIRO DE ASSIS

DRE: 117246799

POLÍTICA LINGUÍSTICA NO BRASIL: TENSÕES ENTRE
POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E COOFICIALIZAÇÃO DE
LÍNGUAS BRASILEIRAS

Monografia submetida à Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em Letras na habilitação
Português/Inglês.

Data de avaliação: 30/01/2024

Banca examinadora:



NOTA: 10 (dez)

Prof. Dr. Tania Conceição Clemente de Souza (orientador)

Museu Nacional – UFRJ

Programa de Pós-graduação em Linguística – FL/UFRJ



NOTA: 10 (dez)

Prof. Me. Rodrigo Pereira da Silva Rosa

Programa de Pós-graduação em Linguística – FL/UFRJ

MÉDIA: 10 (dez)

CIP - Catalogação na Publicação

A484p Assis, Bárbara Victória Pinheiro de
Política linguística no Brasil: tensões entre
políticas linguísticas e cooficialização de línguas
brasileiras / Bárbara Victória Pinheiro de Assis. --
Rio de Janeiro, 2024.
38 f.

Orientadora: Tania Conceição Clemente de Souza.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Letras, Licenciado em Letras: Português -
Inglês, 2024.

1. Política linguística. 2. Política de línguas. 3.
Oficialização. 4. Cooficialização. 5. Línguas
brasileiras. I. Conceição Clemente de Souza, Tania,
orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À Bárbara que se manteve determinada a continuar e se graduar, mesmo com todas as dificuldades, todos os ataques à educação pública e uma pandemia no meio do caminho. Obrigada por persistir e me fazer chegar até aqui.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro sempre foi um sonho inevitável. Para a Bárbara adolescente que ainda não sabia o que pretendia cursar nunca houve outra opção de universidade. Por todos os percalços, alegrias, dificuldades, aprendizados, desafios, encontros, obstáculos, gargalhadas, lágrimas, alegrias, trocas, afetos, manhãs, tardes e noites, eu agradeço à UFRJ.

À Faculdade de Letras, por ter sido minha segunda casa por tanto tempo, por ter me acolhido, me abraçado, me abrigado, me divertido, me ensinado. Por ter me apresentado pessoas incríveis, por ser o cenário de momentos sensacionais e por ter me transformado enquanto aluna e enquanto pessoa.

À Linguística, por me encontrar e por me fazer descobrir a minha paixão.

À Polly, por me alimentar durante toda a graduação com os melhores empadões de frango que já experimentei.

À minha mãe, Francisca Silvana Pedrosa Pinheiro, por sempre incentivar a minha educação, por me possibilitar sonhar, por apoiar todos esses sonhos e por me fazer acreditar neles. Por passar incontáveis momentos na livraria com a mini Bárbara, lendo para mim e comigo, fazendo com que as pessoas acreditassem que eu já sabia ler aos três anos de idade, quando eu tinha apenas memorizado todas as minhas histórias favoritas. Obrigada por me apresentar ao mundo das histórias e, conseqüentemente, das palavras e das letras. Obrigada por ser minha maior fonte de inspiração na vida.

Às minhas irmãs. Brenda Pinheiro de Assis, por partilhar comigo os altos e baixos da vida familiar. Por me mostrar a importância e a potência de questionar, enfrentar, se posicionar e se impor. Obrigada por ser corajosa e forte em momentos que não fui.

À Luna, minha irmã de quatro patas, minha companheira canina, por todo o acolhimento e companhia de todos os dias e, principalmente, noites em claro. Sempre sente e está comigo quando eu mais preciso, pedindo carinho e, mesmo sem saber, me proporcionando carinho em conjunto com a mais intensa e pura forma de amor que eu já senti.

À minha rede de suporte familiar, que mesmo com as incessantes perguntas “e a faculdade?”, sempre viram meu potencial, acreditaram em mim e me incentivaram.

A todas as amizades que fiz na Faculdade de Letras, por me acompanharem nessa escalada ao mesmo tempo tortuosa e enriquecedora que é a graduação e por compartilharem as angústias e as vitórias que tivemos pelo caminho.

Às minhas amigas carinhosamente apelidadas de Fionas, também presentes que a Faculdade de Letras me entregou, Amanda Condasi, Amanda Martins, Maria Eduarda Machado e Mariana Dique, pela constante construção, manutenção e fortalecimento da nossa amizade. Realmente não sei se sou capaz de mensurar a importância que têm, não só na minha graduação mas, principalmente, na minha vida. Construir e fortalecer o elo que temos são algumas das maiores preciosidades que já conquistei. Agradeço pela honra de conhecer cada uma, com suas singularidades e particularidades, tornando nossas trocas ainda mais especiais e únicas. Com vocês, tudo na vida é mais agradável, engraçado e aconchegante.

Ao meu maior parceiro acadêmico e de tantas outras experiências de vida, Marlon Costa, que me acompanha desde o primeiro dia que pisamos na Faculdade de Letras. Obrigada por tornar toda essa trajetória mais leve, suportável e prazerosa, pelas risadas, pelos choros, pelos conselhos, pelas broncas, pelos enaltecimentos, pelas irritações. Por ser quem é. A nossa conexão é algo inexplicável, que eu mesma nunca consegui entender, mas sei que a nossa amizade tinha que acontecer. Nossa pesquisa pode ter rendido muito estresse, muitas noites sem dormir, muita dor de cabeça, mas também rendeu muito conhecimento, muita responsabilidade e muito amadurecimento. Essa monografia não existiria sem você.

À protagonista dos meus sonhos – sejam eles lúcidos ou inconscientes – e minha maior incentivadora, Ana Carolina Aguiar, por botar fé em mim durante meus processos de escrita dessa monografia e em todos os outros. Pelos sorrisos, pela compreensão, por não me deixar desistir e por não desistir de mim. Por me ajudar a recuperar a esperança, me mostrar que é possível confiar e que ser vulnerável pode ser delicioso. Obrigada por me iluminar, me inspirar e estar comigo para tudo.

À minha orientadora, Professora Doutora Tania Conceição Clemente de Souza, por me apresentar ao mundo da Análise do Discurso, que me era completamente desconhecido, e por me incentivar, orientar e ensinar tanto, desde 2017, quando eu ainda era uma caloura perdida.

Ao Professor Mestre Rodrigo Pereira da Silva Rosa pela constante disposição,

bom humor, apoio e contribuição durante a iniciação científica e, principalmente, durante as JICs, SIACs e com essa monografia.

A todas as minhas amígdas, por tornarem a vida menos um fardo e mais uma aventura. Mesmo que que nem todas tenham acompanhado de perto ou ativamente a minha trajetória acadêmica, impactaram positivamente a minha vida e a minha saúde mental, consequentemente viabilizaram que eu tivesse motivações para seguir.

Já foi tão desafiador chegar até aqui mesmo com todas as companhias e todo o apoio; sozinha seria inviável, impossível. Agradecer se torna meramente uma formalidade, considerando que minha formação acadêmico-profissional e até pessoal estão intrinsecamente conectadas ao que essas pessoas são e representam para mim. Não acredito em destino, mas acredito que todas essas pessoas tinham que estar na minha vida e, se não fosse por elas, faltaria parte de mim.

“Life is a climb... but the view is great!”

RESUMO

No Brasil são faladas mais de 270 línguas, considerando-se línguas indígenas e línguas de imigração. Juridicamente, por decretos e leis, somente duas são as línguas oficiais: o português e a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como meio oficial de comunicação. O que nosso trabalho busca focar é a questão em torno das várias e numerosas línguas existentes no território brasileiro, com a presença não só de indígenas e imigrantes, mas também de inúmeros refugiados. Em que medida o Estado ignora, ou não, os entraves oriundos de uma imposição de uma língua única, quando não se tem como meta uma integração na e pelas línguas? Em termos teóricos seguimos duas correntes: a escola francesa de Análise de Discurso e princípios da Sociolinguística de linha europeia. As principais conclusões a que chegamos apontam para os impactos e limitações de uma política favorecedora do monolinguismo em um país que historicamente abriga a diversidade de centenas de línguas, com distintas origens e variedades dialetais.

Palavras-chave: política linguística; política de línguas; oficialização; cooficialização; línguas brasileiras

ABSTRACT

In Brazil, more than 270 languages are spoken, including indigenous languages and immigrant languages. Legally, by decrees and laws, only two are the official languages: Portuguese and LIBRAS (Brazilian Sign Language) as the official means of communication. This paper focuses on the issue of the various and numerous languages that exist in Brazilian territory, with the presence not only of indigenous people and immigrants, but also of countless refugees. To what extent does the State ignore, or not, the obstacles arising from the imposition of a single language, when integration in and through languages is not the goal? In terms of theory, we follow two currents: the French school of Discourse Analysis and principles of European-style Sociolinguistics. The main conclusions we reached point to the impacts and limitations of a policy favoring monolingualism in a country that has historically been home to the diversity of hundreds of languages, with different origins and dialectal varieties.

Keywords: language policy; policy of languages; officialization; co-officialization; Brazilian languages.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Lista de línguas cooficiais em municípios brasileiros

Figura 2 – Lista de línguas cooficiais em municípios brasileiros (continuação)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de línguas indígenas faladas no Brasil em diferentes épocas

LISTA DE SIGLAS

DPU – Dialetos portugueses do Uruguai

IPOl – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística

JICTAC – Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

SIAC – Semana de Integração Acadêmica da UFRJ

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

FOLHA DE AVALIAÇÃO	3
AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE SIGLAS	12
SUMÁRIO	13
1. INTRODUÇÃO	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1. POLÍTICA LINGUÍSTICA E POLÍTICA DE LÍNGUAS	15
2.2. PRÁTICAS <i>IN VITRO</i> E <i>IN VIVO</i>	17
2.3. POR QUE FALAMOS EM LÍNGUAS BRASILEIRAS E LÍNGUAS SILENCIADAS?	18
2.3.1. A IMPOSIÇÃO DO MONOLINGUISMO	20
3. OS MOVIMENTOS DE REVITALIZAÇÃO E RETOMADA DE LÍNGUAS BRASILEIRAS	24
4. OS MOVIMENTOS DE OFICIALIZAÇÃO E COOFICIALIZAÇÃO	27
4.1. ENTÃO POR QUE COOFICIALIZAR?	31
5. CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	36
ANEXO I	38

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho está integrado ao projeto Plurilinguismo e Política de línguas, coordenado pela professora Tania Conceição Clemente de Souza, cuja principal meta é “trazer à tona a constituição do universo de línguas que se desenha atualmente no Rio de Janeiro, buscando entender esse desenho a partir de uma política de línguas”. Como parte do desenvolvimento do projeto citado, desenvolvemos três outros trabalhos – Política linguística e cooficialização de línguas brasileiras (2018), Tensões entre política linguística e cooficialização de línguas brasileiras: por uma tipologia dos movimentos de cooficialização de línguas em território nacional (2019) e Política Linguística e revitalização/retomada de línguas indígenas brasileiras (2021) – apresentados, respectivamente, na 9ª. e 10ª. Semanas de Integração Acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SIAc UFRJ) e na XLII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural (JICTAC), os quais retomaremos, aqui, em termos de uma discussão ampliada do que temos apresentado.

A diversidade linguística é uma característica marcante do Brasil, refletindo a riqueza em sua herança cultural e histórica. No entanto, essa diversidade também é palco de complexidades políticas e sociais que moldam as políticas linguísticas do país, refletindo desigualdades sociais, políticas de exclusão e um histórico de marginalização de determinadas línguas e comunidades linguísticas. No cerne dessas políticas estão as tensões entre o reconhecimento e a promoção das línguas minoritárias e o papel dominante do português como língua oficial.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as tensões existentes entre as políticas linguísticas no Brasil e os movimentos de cooficialização de línguas brasileiras, com foco especial nas línguas minoritárias e silenciadas. Com isso, esta monografia pretende lançar luz sobre as complexidades envolvidas na gestão da diversidade linguística no Brasil. Ao abordar essas temáticas, a pesquisa almeja contribuir para uma compreensão mais abrangente e crítica das políticas linguísticas no Brasil, evidenciando as tensões entre as medidas oficiais adotadas e a realidade sociolinguística do país.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os princípios teóricos com os quais vamos operar são oriundos da Análise de Discurso e da Sociolinguística. Em pauta, são retomadas, dentro desses dois campos teóricos, as noções de política linguística e de política de línguas. A adoção dessa perspectiva interdisciplinar se justifica pelo fato de que, em torno dos “projetos de planificação das línguas de um país” (Hamel, 1988) está a figura do Estado. Ou como diz Pêcheux (1981/2004), “a questão da língua é, pois, uma questão do Estado, com uma política de invasão, absorção e de anulação de diferenças, que supõe antes de tudo que estas sejam reconhecidas”.

2.1. POLÍTICA LINGUÍSTICA E POLÍTICA DE LÍNGUAS

Entender a distinção entre política de línguas e política linguística é crucial para uma compreensão aprofundada das práticas relacionadas à gestão e preservação das línguas em uma sociedade. Embora os termos possam parecer intercambiáveis à primeira vista, é necessário reconhecer que cada um delinea um conjunto distinto de estratégias e abordagens. Antes de mergulharmos nas nuances dessas duas dimensões, é fundamental compreender que política de línguas e política linguística não são meras variações semânticas de uma mesma ideia, mas sim conceitos que moldam e respondem a diferentes aspectos das complexas dinâmicas linguísticas em nossas comunidades. Essa clareza conceitual proporcionará uma base sólida para explorar os objetivos, métodos e implicações associados a cada uma dessas práticas. Em outras palavras, entender a distinção entre estes dois conceitos é o ponto de partida.

Visto isso, política linguística se refere a uma área do âmbito jurídico que relaciona o poder e as línguas, ou seja, são as decisões do Estado a respeito das práticas linguísticas de um país. Um bom exemplo de política linguística é a implementação do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que busca padronizar a grafia de países que têm a língua portuguesa como língua oficial. Esta ação de porte nacional precisa ser adotada pelo Estado e ter uma lei outorgada, por isso, entra no campo da Política Linguística, afinal, é regida pelo campo do direito, da lei.

Nesse sentido, o conceito de política linguística abrange as línguas oficialmente reconhecidas pelo Estado, o que não inclui as outras línguas presentes no Brasil, como as línguas autóctones e alóctones. As línguas autóctones referem-se àquelas

que têm sua origem e são tradicionalmente faladas em um determinado território, como é o caso das línguas indígenas, que perduram por séculos no país. Por outro lado, as línguas alóctones são aquelas introduzidas em um território a partir de outro, incluindo o próprio português, as línguas de contato, de fronteira, de refugiados e diversas outras trazidas pelos colonizadores, africanos escravizados, imigrantes e diferentes comunidades que contribuíram para a riqueza linguística do Brasil.

Com exceção do português, todas essas línguas são sistematicamente marginalizadas no contexto sociohistórico brasileiro. Dessa forma, a política linguística adotada pelo Estado nacional acaba por excluir uma ampla diversidade linguística, revelando-se ineficaz na promoção de uma representação linguística abrangente. Esse cenário, além de aumentar a propensão para manipulações que beneficiam uma camada linguística e historicamente privilegiada na sociedade, também contradiz o propósito central deste trabalho, que é defender a valorização da pluralidade linguística no território brasileiro. Em síntese, as políticas linguísticas do Brasil falham em abraçar a abundância linguística de uma nação historicamente plurilíngue.

Uma política de línguas, por outro lado, trataria da pluralidade de línguas presentes no território brasileiro conferindo efetivamente valor político a essas línguas consideradas minoritárias e minorizadas (Orlandi, 2007), e fazendo com que essas línguas sejam postas em questão quando se discute política linguística.

Para efeito de diferenciação, o termo “minoritárias” refere-se ao número de falantes, enquanto o termo “minorizadas” indica a ausência de reconhecimento da importância dessas línguas por parte do Estado (Aracil, 1983), como é o caso das línguas autóctones e alóctones mencionadas anteriormente, salvo a língua portuguesa.

Essas línguas carregam uma profunda importância para seus falantes, uma vez que são intrinsecamente entrelaçadas à história e à cultura de seus povos - no caso das línguas indígenas, povos que residem no território brasileiro há séculos, desde antes da invasão dos colonizadores que impuseram a língua portuguesa em território brasileiro. Contudo, o Estado as relega ao esquecimento, tratando-as com escassa consideração e conferindo-lhes pouco ou nenhum reconhecimento, o que justifica a denominação de "minorizadas".

A distinção entre ambas, conforme enfatiza Souza (2022), reside também na denúncia da exclusão social e política, revelando como as políticas linguísticas são planejadas:

A diferença em termos discursivos entre minoritária e minorizada reside no fato de que forjar uma denominação em termos numéricos – mesmo que isso não corresponda à realidade de todas as populações¹ – é encobrir o descaso do Estado com relação ao reconhecimento de línguas e povos. “Minorizadas” denuncia a exclusão social e política e denuncia como se planificam as políticas linguísticas.

Ambas as definições apontam como, em termos de política linguística, são administradas essas línguas. Por isso mesmo, é necessário o enfrentamento por parte daqueles que têm como língua materna uma língua indígena. Um enfrentamento na ordem do discurso, investindo no movimento de política de línguas em várias direções, seja com retomadas, ressurgências ou cooficializações. Seja também no movimento dos que se dedicam a estudar tais línguas. (Souza, 2022, p. 18)

A denominação de línguas como minoritárias recobre uma relação mais de confronto do que de contato, frente a uma língua de dominação, ou de prestígio. Essas línguas, ao serem assim designadas, perdem importância política por diversas razões: porque são substratos, ou porque são línguas autóctones. A perda de relevância política ocorre também devido aos seus falantes estarem em número menor frente aos falantes e usuários da língua de dominação. Isso resulta no estigma de se falar uma “língua menor”, que contribui para um dos fatores de, pouco a pouco, virem essas línguas serem silenciadas. Hamel (1988, p. 43) observa que as línguas minoritárias surgem a partir das “trocias linguísticas entre si, [d]o surgimento de conflitos, [d]os processos de deslocamento e de resistência ao ressurgimento dessas línguas minoritárias”.

2.2. PRÁTICAS *IN VITRO* E *IN VIVO*

Entendida a distinção entre Política Linguística e Políticas de línguas, a indagação subsequente consiste em compreender como tais políticas serão construídas. A solução reside na implementação de práticas políticas *in vitro* e *in vivo*.

A diferenciação destas práticas no contexto linguístico emerge como o segundo conceito crucial a ser abordado neste trabalho, desvendando nuances fundamentais na investigação da linguagem. Enquanto as práticas *in vitro* englobam estudos linguísticos conduzidos em condições controladas e isoladas, as práticas *in vivo* adentram o terreno da linguagem em sua expressão natural, interligada a contextos sociais e culturais mais amplos.

¹ Há línguas indígenas com população de falantes acima de 15.000, como é o caso dos Yanomami, dos Tikuna.

Segundo Hamel (1988), os tipos de estudo político-linguísticos em ações realizadas *in vivo* são um tipo de prática que parte da própria comunidade, pelos próprios falantes, enquanto as ações *in vitro* são práticas que partem do Estado e não necessariamente têm participação efetiva dos falantes.

As ações *in vivo*, por partirem da própria comunidade de fala, conseguem abranger todo o contexto linguístico e extralinguístico em que os falantes se inserem. Logo, são práticas que conversam com as reais necessidades da comunidade linguística, constatando práticas mais efetivas, inclusivas e holísticas. No contexto de uma prática *in vivo*, observamos a oficialização, em nível federal, da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação oficial. Essa medida decorreu da participação ativa da comunidade surda, juntamente com linguistas, na formulação e administração de sua própria língua.

As ações *in vitro*, por sua vez, por partirem do Estado, tendem a uma visão mais técnica e analítica. Nesses casos, o contexto histórico e cultural da comunidade na qual a língua é falada tende a ser desconsiderado, não atendendo às demandas de determinadas comunidades linguísticas. De acordo com Rosa (2020), temos os dialetos portugueses do Uruguai (DPU) como exemplo mais iminente. “A análise do DPU não tem a participação da população falante dos dialetos portugueses do Uruguai, sendo restrita somente pelos pesquisadores, que analisam o uso da língua de fora da comunidade falante”. Pode-se fazer uma analogia com o estudo científico realizado em uma caixa de vidro, na qual os cientistas observam os eventos de fora.

A grande questão é que, por se tratar de um estudo linguístico, os contextos da comunidade de fala não podem ser desprezados, afinal a língua é um objeto de estudo vivo e carrega toda a trajetória de seus falantes. No português brasileiro, por exemplo, as mudanças registradas na língua refletem tanto o momento histórico do país quanto a camada da sociedade em que a variação foi localizada. Diante disso, torna-se incoerente desconsiderar o contexto sócio-histórico brasileiro em um estudo da língua portuguesa. Portanto, acima das ações *in vitro*, devem ser priorizadas as ações *in vivo*.

2.3. POR QUE FALAMOS EM LÍNGUAS BRASILEIRAS E LÍNGUAS SILENCIADAS?

A indagação sobre porque falamos em línguas brasileiras e, ao mesmo tempo, analisamos as línguas que foram historicamente silenciadas revela-se como um ponto

chave de reflexão. Esse questionamento sugere uma narrativa complexa que vai além da simples comunicação verbal, abrangendo aspectos sociais, históricos e políticos. Ao questionar por que algumas línguas florescem enquanto outras são silenciadas, desvendamos não apenas as complexidades linguísticas, mas também as dinâmicas sociais de poder e dominância que moldam o modo como nos expressamos e nos conectamos uns com os outros no vasto mosaico linguístico brasileiro.

Quando abordamos o termo "línguas brasileiras", não estamos limitando a discussão às línguas oficialmente reconhecidas, mas sim englobando todas as línguas faladas no território brasileiro, independentemente de sua origem. Isso inclui línguas indígenas e aquelas trazidas por comunidades imigrantes. Embora essas línguas sejam politicamente minorizadas pelo Estado, possuem um valor substancial para as suas respectivas comunidades linguísticas.

Reconhecer e valorizar as línguas faladas em território brasileiro como línguas brasileiras é, portanto, um ato de respeito à diversidade cultural e linguística, além de ser essencial para o desenvolvimento de políticas de línguas inclusivas e representativas. Essa abordagem considera o Brasil como um espaço de convivência e interação entre diversas línguas, cada uma contribuindo para enriquecer a compreensão da complexidade linguística e cultural do país, proporcionando uma visão mais completa da diversidade que constitui a nação brasileira. Enquanto que, por parte do Estado, o que ocorre na prática é o silenciamento dessas línguas.

Considerando este contexto, é pertinente analisar a atual conjuntura dos movimentos que contribuem para o silenciamento das línguas indígenas. Nota-se que a mídia desempenha um papel crucial nesse processo, especialmente ao negligenciar as mortes de indivíduos indígenas. Embora a pesquisa revele a incidência desses eventos, a falta de visibilidade midiática em torno dessas perdas é evidente, enfraquecendo a relevância atribuída às mortes indígenas pela grande mídia e pela sociedade em geral. A morte de indígenas estabelece um caminho para o silenciamento, pois à medida que os falantes das línguas indígenas falecem, a utilização e a transmissão dessas línguas diminuem. Esse declínio progressivo contribui para a trajetória de silenciamento dessas línguas.

Adicionalmente, persistem formas de violência e estigmatização em relação aos povos indígenas, acompanhadas por estereótipos prejudiciais. Notavelmente, a interrupção do uso da língua indígena pode resultar na negação da identidade indígena, com o julgamento de que "se não fala língua indígena, não é considerado indígena".

Esse fenômeno evidencia a estreita vinculação entre a preservação linguística e a autoidentificação indígena.

Além disso, as questões territoriais e a carência de garantias básicas de direitos humanos continuam a ser preocupações prementes enfrentadas pelos povos indígenas. Esses desafios, por sua vez, impactam adversamente tanto a vitalidade linguística quanto a preservação cultural dessas comunidades.

Portanto, Souza (2021) desloca o conceito de línguas extintas ou mortas pelo conceito de línguas silenciadas. Cada vez mais, um número grande de línguas vem sendo silenciadas decorrentes da política monolinguista. Os povos sempre discriminados, castigados, acabam impedidos de falar a sua língua e acabam trocando sua língua materna pela língua do colonizador, o português.

Dessa forma, esse novo olhar reconhece a possibilidade de ressurgimento e fortalecimento dessas línguas, ressaltando a necessidade de revisão da política monolinguista e destacando a importância dos movimentos de revitalização e retomada como instrumentos de resistência e preservação da diversidade linguística e cultural brasileira. A resiliência dessas comunidades na preservação e fortalecimento de suas línguas, algumas já há muito consideradas extintas, vêm sendo retomada, como evidenciado pela ressurgência do Tupinambá entre os Tupiniquim no Espírito Santo, pelos Potiguar, entre outros, destaca a necessidade contínua de reconhecer e valorizar a diversidade linguística como um componente essencial da identidade cultural brasileira.

Ademais, as línguas indígenas são dinâmicas e têm a capacidade de se adaptar e migrar entre diferentes grupos e contextos como uma estratégia de sobrevivência. Portanto, a concepção de "morte" das línguas indígenas requer uma análise cuidadosa e crítica. Em vez de uma extinção definitiva, o que ocorre é, na verdade, um processo de silenciamento, onde fatores históricos, sociais e políticos contribuem para a marginalização e diminuição do uso dessas línguas. No entanto, é crucial reconhecer que uma língua silenciada não está necessariamente condenada à extinção completa. A possibilidade de retomada e revitalização dessas línguas permanece como um aspecto central e esperançoso para o trabalho em prol da preservação linguística e cultural das comunidades indígenas.

2.3.1. A IMPOSIÇÃO DO MONOLINGUISMO

O seguinte questionamento se mostra latente: qual a razão subjacente ao silenciamento das línguas? O principal motivo envolve as relações de poder que acontecem desde o século XVIII até os dias atuais. No que diz respeito às políticas linguísticas, o posicionamento por parte do Estado nacional tem sido de historicamente impor o monolinguismo. Um exemplo claro é o Diretório de Pombal de 1757, que proibiu o uso da língua geral de base Tupi e impôs o português como língua única, reforçando uma prática monolinguista num território altamente plurilíngue.

De acordo com Baalbaki (2016), são faladas mais de 270 línguas brasileiras diferentes em território brasileiro. Esse dado revela o panorama do plurilinguismo no Brasil, porém a imposição do monolinguismo segue, desde os tempos coloniais, invisibilizando essas línguas.

Como diz Orlandi (2012, p. 6), “não há país que tenha uma só língua, e não há Estado que decreta sua(s) língua(s) oficial(is), nacional(is), sem que o faça no contato com as muitas línguas”. Línguas, no caso, entendidas por nós como fato social em funcionamento sob certas condições.

A postura monolinguista é em grande parte responsável pelo apagamento de muitas dessas línguas consideradas minoritárias. No século XVI, eram faladas mais de mil línguas indígenas em território brasileiro. Atualmente são contabilizadas cerca de duzentas, ou seja, houve uma redução de pelo menos 80% como consequência dessa imposição (Souza, 2014; Baalbaki, 2016).

Logo, a concepção do Brasil como um país monolíngue é um mito persistente, desmentido pela rica diversidade linguística presente em nosso território. Ou seja, o monolinguismo no território brasileiro é uma construção histórica que ignora a pluralidade linguística presente em nosso país. A existência de uma variedade linguística tão rica, marcada por línguas indígenas, línguas de imigrantes e diversas outras, revela a falácia dessa concepção e demonstra a complexidade linguística do país. A imposição do português como língua única, por um longo período histórico, contribuiu para a construção desse mito, silenciando e marginalizando outras línguas por séculos.

Tabela 1 – Quantidade de línguas indígenas faladas no Brasil em diferentes épocas

<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> ÉPOCA FONTE </div>	Souza (2014)	Baalbaki (2016)	CENSO IBGE (2010)
NO SÉCULO XVI	Cerca de 1100 línguas indígenas	Cerca de 1273 línguas indígenas faladas	Não há dados
NO SÉCULO XXI	Cerca de 200 línguas indígenas	Cerca de 200 línguas indígenas	274 línguas indígenas contabilizadas

Fonte: autora

Tabela 1: Os dados da tabela variam devido a diferentes análises linguísticas, pois havia línguas que eram contadas como uma só e atualmente e são contabilizadas como duas.

Além disso, a situação atinge uma contradição quando esse mesmo Estado que impõe o monolinguismo ainda incentiva a exigência de que os cidadãos brasileiros tenham proficiência em uma segunda língua para comunicação. Essa segunda língua, necessariamente estrangeira e imposta desde a educação básica, atua tanto como questão de prestígio social, quanto como questão de empregabilidade, uma vez que a maioria das vagas de emprego exigem língua estrangeira ou oferecem benefícios adicionais. Ou seja, dentro do mesmo país em que são valorizadas línguas estrangeiras, acontece a desvalorização das próprias línguas brasileiras e a imposição de um bilinguismo seletivo.

A esse respeito, vale a pena conferir Orlandi (2012) *apud* Souza (2021), quando esta desloca a noção de línguas mortas propondo o conceito de línguas silenciadas:

O conceito de língua silenciada vem sendo por mim elaborado em vários trabalhos (SOUZA, 1994; SOUZA, 2016, 2018, dentre outros). A decisão de falar em línguas silenciadas não é por uma questão de eufemismo, mas sim por razões de ordem política e teórica. Retomo, aqui, que numa perspectiva discursiva “Silenciar não é calar, mas impedir que certos sentidos circulem” (ORLANDI, 1992). Silenciar é impedir que certos sentidos indesejáveis transitem no bojo do discurso social, definido como aquilo que é permitido dizer, como assinala Pêcheux (1975). Se não podemos dizer x, dizemos y. Assim, por qualquer razão, se não se pode falar numa determinada língua, falamos em outra. Mas imprimimos nesta outra língua, a nossa identidade. Neste ponto, gostaria de recuperar a discussão em torno da diferença entre falante e usuário de uma língua. Orlandi (2012), a propósito da discussão sobre o multilinguismo, trabalha essa distinção:

Se, com o Estado/Nação as noções que mobilizamos é de língua oficial, língua nacional e cidadania, hoje, na nova forma social, falamos em “usuários” (E. Orlandi, 2011), em múltiplas línguas, em falares, em dialetos, em comunidades etc. Se antes devíamos abandonar o falar local, a língua materna, pela noção de unidade, a nacional, hoje nos fragmentamos em falares locais, dificilmente visíveis, pouco conhecidos (não gramatizados), enquanto do outro lado, paralelamente, flui livremente, sustentado por uma enorme quantidade de instrumentos linguísticos, e com toda a visibilidade e apoio tecnológico a língua franca “universal” da comunicação e do conhecimento: a língua única (nas condições atuais, o inglês). Língua dominante não só no espaço digital, o espaço da multidão de usuários (ORLANDI, 2012, p. 15).

Trazendo essa discussão ao âmbito do que nos interessa aqui, estendo a distinção entre falante e usuário ao universo das línguas indígenas. Já apontamos que uma das causas para o silenciamento das línguas indígenas reside – dadas as condições históricas do confronto, enfrentamento do mundo indígena com o mundo karaiwa² – na adoção do português – língua de dominação – como língua franca e de comunicação no dia a dia em nosso território. Falo de enfrentamento, de confronto entre povos e línguas – e não de contato – por enveredar nossa reflexão pela ordem do discurso, e não no campo da afetação entre línguas. (Souza, 2021, p. 141-142)

Portanto, quais línguas têm poder de livre circulação de sentidos? E quais são impedidas de ter seus sentidos circulando? E por quê?

Em resumo, a imposição do monolinguismo é considerada um problema social que está intrinsecamente ligado às relações de poder e domínio de discurso.

Entretanto, por um viés levemente mais otimista, é importante frisar que atualmente, devido ao movimento de revitalização e retomada de línguas indígenas, algumas das línguas já há muito consideradas extintas vêm sendo retomadas e ganhando cada vez mais fluência. É o caso por exemplo do Tupinambá, hoje falado pelos Tupiniquim no Espírito Santo, pelos Potiguar, e outros. Além disso, como alternativa emergente para combater o fenômeno complexo e multifacetado da imposição do monolinguismo, faz-se necessária a introdução dos movimentos de oficialização e cooficialização de línguas em território brasileiro.

² Karaiva é a forma como os Bakairi denominam o não-indio.

3. OS MOVIMENTOS DE REVITALIZAÇÃO E RETOMADA DE LÍNGUAS BRASILEIRAS

Os movimentos de retomada e revitalização das línguas brasileiras representam uma resistência ativa ao processo de silenciamento que historicamente afetou essas línguas. Estes movimentos abrangem uma variedade de iniciativas que visam reafirmar a importância e a vitalidade das línguas, promovendo sua preservação e uso contínuo.

Nesse contexto, vale ressaltar algumas estratégias. Dentre elas, a disciplinarização e domesticação da língua, que têm desempenhado um papel significativo no processo de revitalização, ao promover sua inclusão nos sistemas educacionais e na produção de materiais didáticos que valorizam e legitimam sua presença (SILVA, 2020; MARTINS, 2020; OLIVEIRA, 2020)

O movimento de disciplinarização das línguas indígenas representa uma estratégia fundamental no processo de retomada linguística, notadamente no âmbito educacional e consiste na normatização e incorporação dessas línguas no contexto escolar, conferindo-lhes status de disciplina de ensino. Tal iniciativa é particularmente significativa, uma vez que as línguas indígenas, por natureza, são predominantemente orais. Portanto, ao serem submetidas a um processo de normatização e incorporação no currículo escolar, essas línguas tornam-se passíveis de serem transmitidas nas instituições educacionais.

A inclusão dessas línguas nos currículos escolares possibilita que as gerações mais jovens, muitas vezes desconectadas de suas línguas maternas devido ao processo de silenciamento, tenham acesso efetivo a essas línguas. O ensino disciplinarizado oferece uma oportunidade valiosa de resgate e revitalização, evitando que o processo de silenciamento se perpetue, ao garantir a transmissão e aprendizado dessas línguas para as próximas gerações. Além disso, a disciplinarização frequentemente implica na produção de material didático específico para cada língua, contribuindo para a consolidação de recursos educacionais e, conseqüentemente, para a perpetuação e disseminação dessas línguas. A importância do registro escrito, nesse contexto, ganha destaque, uma vez que possibilita a preservação e documentação dessas línguas, promovendo sua visibilidade e fortalecendo sua posição no cenário linguístico e cultural.

Outros movimentos essenciais dentro do contexto de retomada das línguas minoritárias e silenciadas são os projetos desenvolvidos em comunidades específicas, como o Projeto “Somos Aldeia” na comunidade Terena, que tem se destacado como exemplos concretos de esforços locais para fortalecer e promover o uso das línguas minorizadas, tanto no âmbito educacional quanto no cotidiano das comunidades.

Este projeto surge da preocupação com a perda do conhecimento ancestral, visto que práticas culturais e linguísticas estavam gradualmente desaparecendo, principalmente devido à falta de espaço na comunidade e na escola para sua preservação. Ao resgatar e transmitir essas práticas para as crianças, o projeto desempenha um papel crucial na revitalização da língua e da cultura, por meio de atividades ancoradas em tradições ancestrais.

Os movimentos de retomada englobam comunidades historicamente marginalizadas, destacando assim a importância vital de preservar e propagar sua cultura. Nesse sentido, projetos como o mencionado entre os Terena assumem um papel significativo na preservação e transmissão do patrimônio cultural indígena, não apenas dentro de suas comunidades, mas também para além delas. É essencial reconhecer que a cultura indígena não só tem o direito de ser preservada e transmitida, mas também de ser valorizada e difundida tanto dentro das próprias comunidades quanto para aqueles que não tiveram a oportunidade de vivenciar diretamente sua riqueza cultural e linguística, que precede as influências coloniais e externas. Enquanto muitas vezes abraçamos línguas estrangeiras como o inglês, é igualmente importante reconhecer e promover a diversidade linguística e cultural intrínseca brasileira.

As línguas indígenas, por sua origem intrinsecamente ligada às comunidades que as desenvolveram ao longo do tempo, contrastam com a noção de línguas doadas ou impostas externamente, como é o caso do português. Essa distinção ressalta a valorização intrínseca que essas comunidades atribuem às suas línguas, diferentemente do que ocorre em contextos onde a língua é uma herança externa. Essa valorização resulta em esforços persistentes para preservar e manter vivas essas línguas, contrastando com a ideia de línguas extintas, apagadas ou mortas. Enquanto as línguas extintas gradualmente caem no esquecimento ao longo do tempo, as línguas indígenas permanecem presentes na memória coletiva dos falantes e na estrutura cultural de suas comunidades. Essa sobrevivência ativa das línguas indígenas é uma demonstração do compromisso contínuo das comunidades em manter suas línguas vivas, apesar dos desafios e pressões externas.

Por fim, é necessário destacar os movimentos de oficialização e cooficialização das línguas, visto que representam uma etapa crucial na busca por seu reconhecimento legal e institucional, conferindo-lhes um status oficial que contribui para sua visibilidade e proteção. Essas abordagens convergem em um esforço conjunto para reverter o processo de silenciamento e afirmar a diversidade linguística e cultural do Brasil.

4. OS MOVIMENTOS DE OFICIALIZAÇÃO E COOFICIALIZAÇÃO

Embora ambos os movimentos compartilhem o propósito de conferir reconhecimento legal a uma língua, é imperativo compreender que suas dinâmicas, objetivos e modo de instauração possuem nuances específicas. Ambos os movimentos possuem implicações garantidas por lei, como, por exemplo, o ensino da língua nas escolas e documentos oficiais escritos na língua em questão. No entanto, há uma diferença entre os movimentos de oficialização e cooficialização.

As ações de oficialização são tomadas pelo Estado com o objetivo de tornar um idioma oficial em território nacional. Esse tipo de ação apenas pode ser instituído pelo Estado, pois é o órgão que possui autonomia para declarar a língua oficial do país. No Brasil, os dois movimentos de oficialização existentes são os da Língua Portuguesa e a oficialização de LIBRAS como um meio oficial de comunicação. Entretanto, mesmo que ambas as línguas façam parte do movimento de oficialização, não foram implementadas da mesma maneira.

A implementação do Português como língua oficial do território brasileiro aconteceu por um caráter de imposição, devido à cultura monolinguista. Como consequência, assume-se que apenas esta língua é falada em todo o território nacional, resultando no apagamento de toda a diversidade linguística do país e das mais de duzentas línguas faladas, como citado anteriormente. Há, portanto, uma falta de reconhecimento das línguas originárias do Brasil, enquanto se reconhece a língua do outro, que chegou até nós como “doação”.

O movimento de oficialização de LIBRAS, por sua vez, não a tornou um idioma oficial no território brasileiro, mas sim, um meio legal de comunicação. Esse movimento ocorreu devido ao fato de que há uma grande parcela de brasileiros que utilizam LIBRAS como primeira língua e, por isso, é considerada uma oficialização por consenso (Rosa; Souza, 2019), e não é uma das línguas oficiais do país, como o Português.

Sendo assim, apesar de ter sido uma iniciativa da própria comunidade de falantes - logo, *in vivo* -, o modo como LIBRAS foi oficializada traz questionamentos quanto à sua efetividade de implementação em âmbito nacional. Na prática da realidade brasileira, muitas das implicações garantidas por lei para uma língua oficial não foram efetivadas, sendo algumas delas o ensino da língua nas escolas e o ensino mediado por

intérpretes. Para mais, existe outra garantia para línguas oficiais que se torna problemática no caso de LIBRAS, pelo fato de ser uma língua espaço-visual: placas de sinalizações e documentos oficiais escritos nas línguas oficiais. Portanto, realmente podemos falar em oficialização? Até onde se pode ir em LIBRAS no território brasileiro?

As ações de cooficialização, por sua vez, são projetos implementados em âmbito municipal, ou seja, a prefeitura da respectiva cidade pode tornar uma ou mais línguas oficiais dentro daquela cidade, além do português e de LIBRAS, que já são oficiais em todo território brasileiro, por isso o movimento é chamado de cooficialização. A cooficialização consiste em um procedimento jurídico para tentar contemplar o plurilinguismo na sociedade brasileira. Esta ação garante valor político reconhecido pelo Estado para essas línguas. O processo acontece devido à diversidade linguística do Brasil, pois há municípios nos quais as comunidades são majoritariamente indígenas ou de imigração, por exemplo. Desse modo, é necessário que essas comunidades possuam suas línguas reconhecidas como cooficiais em seus territórios.

No âmbito municipal, apresentamos três exemplos de línguas indígenas que foram cooficializadas no município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas: Tukano, Baniwa e Nheengatu. A cooficialização destas línguas é um enorme ganho político para as comunidades de São Gabriel da Cachoeira, um município onde 80% das terras são indígenas e mais de 90% da população é ou tem origem indígena. Entretanto, a cooficialização ainda não é tão efetiva. Baalbaki (2016) ressalta que o movimento de cooficialização não funciona tão bem em espaços que não sejam educacionais e/ou acadêmicos.

De acordo com o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), tem-se notícia, também, de que atualmente já foram cooficializadas mais de 20 línguas (Figuras 1 e 2), sendo uma das últimas cooficializadas a língua Mebêngôkre (Kayapó) no Município de São Félix do Xingu, estado do Pará. Esse processo se deu por um projeto de lei em âmbito municipal: Lei nº 571, de 13 de novembro de 2019. PARÁ. Dispõe sobre a cooficialização da língua Mebêngôkre (Kayapó) no Município de São Félix do Xingu - PA e o incentivo da disciplina de estudo da língua no currículo escolar, nas escolas da rede municipal de ensino localizadas nas regiões em que predominam a população descendente no município. São Félix do Xingu: Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, - PA, 2019. Em 2020, a Prefeitura de São Félix do Xingu sancionou a lei.

Figura 1 – Lista de línguas cooficiais em municípios brasileiros

Lista de línguas cooficiais em municípios brasileiros – outubro 202222 línguas em 51 municípios**Tabela 1: Línguas Indígenas**

Língua	Município	Lei – Ano
Baniwa	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei n. 145/2002
Neengatu	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei n. 145/2002
Tukano	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei n. 145/2002
Ianomami	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei n. 0084/2017
Guarani	Tacuru (MS)	Lei n. 848/2010
Akwê-Xerente	Tocantínea (TO)	Lei n. 411/2012
Macuxi	Bonfim (RR)	Lei n. 211/2014
	Cantá (RR)	Lei n. 281/2015
Wapichana	Bonfim (RR)	Lei n. 211/2014
	Cantá (RR)	Lei n. 281/2015
Mebêngôkre/Kayapó	São Felix do Xingu (PA)	Lei n. 571/2019
Tenetehara/Guajajara	Barra do Corda (MA)	Lei n. 900/2020
Tikuna	Santo Antônio do Içá (AM)	Lei n. 298/2020
Tupi-nheengatu	Monsenhor Tabosa (CE)	Lei n. 13/2021
Terena	Miranda (MS)	Lei n. 1.382/2017
		Lei n. 1.417/2019
13 línguas indígenas em 10 Municípios		

Tabela 2: Línguas de Imigração

Língua	Município	Lei – Ano
Pomerano	Pancas (ES)	Lei n. 987/2007
	Laranja da Terra (ES)	Lei n. 510/2008
	Santa Maria de Jetibá (ES)	Lei n. 1.136/2009
	Vila Pavão (ES)	Lei n. 671/2009
	Canguçu (RS)	Lei n. 3.473/2010
	Domingos Martins (ES)	Lei n. 2.356/2011
	Itarana (ES)	Lei n. 1.195/2016
	Pomerode (SC)	Lei n. 2.907/2017
08 municípios		
Talian	Serafina Corrêa (RS)	Lei n. 2.615/2009
	Flores da Cunha (RS)	Lei n. 3.180/2015
	Nova Erechim (SC)	Lei n. 1.783/2015
	Nova Roma do Sul (RS)	Lei n. 1.310/2015
	Paraí (RS)	Lei n. 3.122/2015
	Bento Gonçalves (RS)	Lei n. 6.109/2016
	Fagundes Varela (RS)	Lei n. 1.922/2016
	Antônio Prado (RS)	Lei n. 3.017/2016
	Guabiju (RS)	Lei n. 1.315/2016
	Camargo (RS)	Lei n. 1.798/2017

Fonte: Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL)

Figura 2 – Lista de línguas cooficiais em municípios brasileiros (continuação)

	Caxias do Sul (RS)	Lei n. 8.208/2017
	Ivorá (RS)	Lei n. 1.307/2018
	Pinto Bandeira (RS)	Lei n. 414/ 2019
	Nova Pádua (RS)	Lei n. 1.214/2020
	Ipumirim (SC)	Lei n. 1.868/2020
	Barão (RS)	Lei n. 2.451/2021
	Casca (RS)	Lei n. 3.049/2022
	Vila Flores (RS)	Lei no. 2541/2022
	18 municípios	
Alemão	Pomerode (SC)	Lei n. 2.251/2010
	São João do Oeste (SC)	Lei n. 1.685/2016
	2 municípios	
Plattdüütsch/ Sapato de Pau	Westfália (RS)	Lei n. 1.302/2016
	1 município	
Hunsriqueano/ Hunsrik	Antônio Carlos (SC)	Lei n. 132/2010
	Barão (RS)	Lei n. 2.451/2021
	Ipumirim (SC)	Lei n. 1.868/2020
	3 municípios	
Dialeto Trentino	Rodeio (SC)	Lei n. 2.156/2020
	1 município	
Plautdietsch	Palmeira (PR)	Lei n. 5.348/2021
	1 município	
Polonês	São Mateus do Sul (PR)	Lei N. 3.043/2021
	Casca (RS)	Lei n. 3.049/2022
	Mallet (PR)	
	Carlos Gomes (RS)	Lei N. 1.618/2022
	Aurea (RS)	Lei N. 2.181/2022
	5 municípios	
Ucraniano	Prudentópolis (PR)	Lei N. 2.479/2022
	Mallet (PR)	
	2 municípios	
	09 línguas alóctones em 41 municípios	

Fonte: Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL)

Dentro do movimento de cooficialização, faz-se necessário retomar os conceitos de línguas minorizadas e de línguas minoritárias (ARACIL, 1983). O processo de cooficialização das línguas indígenas e das línguas de imigração é o mesmo: ambos ocorrem em âmbito municipal, entretanto, as línguas indígenas são consideradas minorizadas, com pouca importância política, enquanto as línguas de imigração, minoritárias, têm um outro status político.

A língua indígena Nheengatu, por exemplo, foi cooficializada em 2002, possui 20 mil falantes e, de acordo com Souza (2021), “também é falada por não indígenas, e tem um alcance maior de comunicação na região do Alto Rio Negro do que o português”. Entretanto, só em 2023, a cooficialização da língua foi homologada.

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) participou do lançamento histórico da Constituição Federal de 1988 traduzida para a língua indígena Nheengatu, promovido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Escola Superior da Magistratura do Estado do Amazonas. O evento, que ocorreu em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, marcou um momento emblemático na proteção e preservação das línguas indígenas. Essa iniciativa inédita no Brasil representa a primeira tradução oficial e integral do texto constitucional para uma língua indígena. O trabalho de tradução foi realizado por líderes indígenas, como Dadá Baniwa, Edson Baré, Edilson Martins Baniwa, Melvino Fontes Olímpio, Sidinha Gonçalves Tomas, Dime Pompilho Liberato, Gedeão Arapyú, Frank Bitencourt Fontes, Francisco Cirineu Martins, George Borari, Cauã Borari, entre outros, que foram fundamentais para a concretização desse marco histórico. O indígena Edson Baré, que participou da tradução, destacou que a Constituição traduzida mostra que o STF e o Judiciário ouviram os gritos dos povos indígenas. “Vocês vieram comprovar: o Rio Negro está aqui, estamos vivos, hoje não lutamos com flecha, mas lutamos com dignidade pelo nosso território”, pontuou. (Funai, 2023)

Por outro lado, a língua de imigração talian, em comparação, é bem menor quando o aspecto é número de falantes. Porém, como se trata de uma língua de origem europeia, possui muito mais força e importância política em seu movimento de cooficialização do que qualquer outra língua indígena. Dessa forma, as línguas autóctones são minorizadas do ponto de vista político, mas não são minoritárias do ponto de vista do número de falantes, ao contrário das línguas alóctones.

Consequentemente, as línguas indígenas são cooficializadas, mas nem sempre são implementadas como a lei prevê, não havendo a homologação. Não há, pois, o devido suporte do Estado para que as previsões legais aconteçam: ensino bilíngue; atendimento médico com intérpretes; documentos oficiais bilíngues, etc. Ou seja, o processo jurídico de cooficialização pode ser um só, mas as consequências para cada tipo de comunidade linguística são diferentes. Afinal, as comunidades linguísticas de imigrantes conseguem se constituir com mais força, muitas vezes com uma organização administrativa própria, com escolas trabalhando com propostas curriculares diferenciadas (a do país de origem e a do Brasil) e até com uma organização econômica autônoma, sem necessidade de amparo do Estado.

4.1. ENTÃO POR QUE COOFICIALIZAR?

Mesmo que as políticas públicas do Estado não consigam comportar a importância do movimento de cooficialização de forma adequada, sobretudo das línguas

autóctones, é importante salientar que nosso objetivo não é uma severa problematização do movimento em si, mas sim do modo como ele é instaurado.

As políticas linguísticas deste país e sua tendência a uma classificação errônea e excludente de um país monolinguista afetam diretamente as outras línguas faladas aqui e, ademais, os povos que as utilizam. Conforme já citado neste trabalho, atualmente são faladas mais de 270 línguas no território nacional, porém antes da chegada lusitana, eram faladas mais de 1.000 línguas. Este dado mostra como as línguas originárias do Brasil foram e são constantemente afetadas pelo ideal monolinguista.

O movimento de cooficialização consegue trazer devida importância e reconhecimento para as línguas e seus povos, e, mesmo que não haja devido aparato do Estado, a implementação de uma língua como cooficial garante à população indígena seus direitos previstos na Constituição. Afinal, toda a história de um povo indígena está fortemente atrelada à língua que é falada. Em outras palavras, tornar uma língua indígena cooficial em determinado município também traz reconhecimento da existência daquele povo na área onde a língua é falada.

Outrossim, este movimento traz para o Brasil a grande importância da redescoberta do status de país plurilíngue, como sempre foi, e desconstrói as barreiras levantadas pelo mito do monolinguismo, além de se apresentar como uma ação afirmativa para com o povo indígena, que teve removida sua liberdade de viver em sua terra, existir com sua cultura e de falar sua própria língua.

Ademais, o movimento de cooficialização devolve a um povo o poder de se estabelecer como um povo, e como dito anteriormente, o intuito deste trabalho não é a crítica do movimento em si, mas do Estado que não dá devido suporte sobre como essa política de reafirmação acontece. O mesmo Estado que tomou muitas dessas línguas, agora não trabalha com o afinho necessário para restabelecer as que permaneceram.

5. CONCLUSÃO

Assumir que apenas uma língua é falada no território nacional é resultar no apagamento de todo o universo linguístico do país. No caso do Brasil, por exemplo, com a imposição do português como única língua oficial, toda a diversidade linguística do país e as mais de duzentas línguas faladas no território são desconsideradas. Há, neste caso, uma falta de reconhecimento das línguas originárias do território brasileiro.

Diferentemente do português, LIBRAS não se tornou uma língua oficial do território brasileiro, e sim um meio oficial de comunicação. Essa oficialização ocorreu pelo fato de que uma grande parcela da população tem LIBRAS como primeira língua, por isso, LIBRAS é vista como uma oficialização por consenso e não como uma língua oficial do país. Mesmo com a oficialização, LIBRAS não consegue se manter nem mesmo como um meio de comunicação oficial no país visto que as implicações garantidas por lei não são de fato garantidas. Não há, por exemplo, o ensino de LIBRAS nas escolas como a lei garante que aconteça com um meio oficial de comunicação.

Também as línguas indígenas são cooficializadas, mas não são implementadas como a lei prevê, pois o Estado segue minorizando essas línguas ao negligenciar meios para que as previsões legais aconteçam, como: ensino bilíngue; atendimento médico com intérpretes; documentos oficiais bilíngues etc. O processo jurídico de cooficialização pode ser um só, mas as consequências para cada tipo de comunidade linguística são diferentes, afinal, as comunidades linguísticas de imigrantes conseguem se constituir com mais força: muitas vezes, com uma organização administrativa própria; com escolas trabalhando com propostas curriculares diferenciadas (a de país de origem e a do Brasil) e até com uma organização econômica autônoma.

Com o vigor do mito do monolinguismo, desde o século XVIII, as línguas originárias de nosso país vêm sendo disciplinizadas. Orlandi e Souza (1988), ao analisarem a constituição da língua portuguesa falada no Brasil, observam que esse trabalho de disciplinização, além de persistir nas descrições linguísticas das línguas indígenas atuais, também se estende às considerações sobre a influência do Tupi do português, resumindo essa influência a uma lista de palavras que, em geral, denominam a topografia, a fauna e a flora. A partir desses dois fatos – a disciplinização do Tupi e do Português –, trabalham com o conceito de língua imaginária, o qual permite tanto explicitar as condições de produção da disciplinização, quanto dar conta da criação contínua “de artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo

de sua história” (idem; p. 27). As línguas-imaginárias são “línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas”. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias.” (idem; p. 28).

Ou seja, a criação dos artefatos – diretórios, leis, decretos – e a criação dos instrumentos linguísticos – gramáticas, normas, coerções – trabalham em função do Estado garantindo-lhe a soberania e a individualização do cidadão e a exclusão disfarçada dos “maus cidadãos”.

Por fim, destacamos que, em termos linguísticos, há um processo de mão dupla: a afetação dessas línguas pelo contato com o Português, assim como a afetação do Português por todas essas línguas. Retomando, com isso, a discussão sobre a importância da reafirmação de um país plurilíngue e relacionando com o conceito de língua imaginária, agradecemos a intervenção do professor Moita Lopes, na 10ª Semana de Integração Acadêmica da UFRJ (2018), em discutir um pouco mais o que vem a ser “uma língua inventada”. Pretendemos investir nessa discussão, partindo do que nos trazem Orlandi e Souza.

A língua portuguesa, como já diz em seu nome, foi trazida até nós por uma doação imposta, e, talvez por isso, possamos discutir a questão da língua imaginária, que tanto contrasta com a realidade da produção linguística no Brasil, a língua fluida. Ora, porém, nada se dá ao acaso, isto é, tanto a imposição do monolinguismo que nega a pluralidade do país, quanto o ideal de língua fixa-imaginária estão interligados pela desterritorialização da língua das terras lusitanas.

Mesmo quando há uma afetação do Português pelo contato com as outras línguas, o processo de mão dupla não se constrói da mesma forma. Na realidade linguística, desloca-se o português como legado, como herança, dada a desterritorialização da memória da Língua Portuguesa originalmente trazida, diante da instituição das várias modalidades de Português brasileiro. Entretanto, na prática, o que ocorre é um afastamento da memória brasileira em prol da memória lusitana. Isso é perceptível pelo tipo de português que é idealizado, que, não por coincidência, tende a nos aproximar de uma língua trazida por herança, porém herança que não é nossa.

É importante salientar que o Brasil é dotado de uma memória linguística que foi terrivelmente apagada pela chegada de um povo estrangeiro, contudo, não apagada por completo. Enfim, por isso, ressaltamos a importância deste e de todos os trabalhos que visam a desconstrução da imposição do monolinguismo, importância pautada pela

professora Beatriz Christino, avaliadora na 10ª Semana de Integração Acadêmica da UFRJ (2028). A ela, nosso sincero agradecimento.

Este tipo de trabalho, assim como o movimento de cooficialização aqui analisado, trazem dignidade ao povo indígena e à sua cultura. E não só ao povo indígena, mas também a nós, brasileiros, falantes de português brasileiro, pertencentes a uma terra rica de memória linguística e cultural. Este trabalho continuará, assim como e em sincronia com todos os outros, até que vivamos numa sociedade consciente e orgulhosa por habitar num país plurilíngue.

As línguas brasileiras merecem que se lute por elas.

REFERÊNCIAS

ARACIL, L. V. (1983). Sobre la situació minoritària. In: ARACIL, L. V. (org.). *Dir la realitat*. Barcelona: Edicions Països Catalans, p. 171-206.

ASSIS, B. V. P.; SOUZA, M. C. (2018). *Política linguística e cooficialização de línguas brasileiras*. Rio de Janeiro: SIAC.

ASSIS, B. V. P.; SOUZA, M. C. (2019). *Tensões entre política linguística e cooficialização de línguas brasileiras: por uma tipologia dos movimentos de cooficialização de línguas em território nacional*. Rio de Janeiro: SIAC.

BAALBAKI, A. C. F.; Andrade, T. De S. (2016). Plurilinguismo em cena: processos de oficialização e legitimação de línguas indígenas. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som* 2 (1). Rio de Janeiro, RJ.

FUNAI participa do lançamento histórico da Constituição Federal na língua indígena Nheengatu. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/funai-participa-do-lancamento-historico-da-constituicao-federal-na-lingua-indigena-nheengatu>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2024.

HAMEL, Rainer H. (1988). La política del lenguaje y el conflicto interétnico. In: E. P. Orlandi (org.). *Política linguística na América Latina*, p.41-74. Campinas, SP: Pontes.

Línguas indígenas faladas em território brasileiro.

Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2194&busca=1&t=censo-2010-populacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274>>. Acesso em: 02 de outubro de 2018.

Lista de línguas cooficiais em municípios brasileiros | IPOL. Disponível em: <<http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros>>. Acesso em 23 de dezembro de 2023.

MARTINS, Andérbio. (2020). Ensino e fortalecimento linguístico. In: *Curso de Extensão Política linguística e retomada/revitalização de línguas indígenas: um tributo a Aritana Yalawapiti* [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mhl6U53RVuw&t=2014s>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2020.

OLIVEIRA, Sanderson. (2020) Línguas em extinção/extintas em Cursos Interculturais. In: *Curso de Extensão Política linguística e retomada/revitalização de línguas indígenas: um tributo a Aritana Yalawapiti*. [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4FB9OLZruVw>> Acesso em: 12 de novembro de 2020.

OLIVEIRA, G. M. de.; Altenhofen, C. V. (2011). O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil: Inserção e exclusão do plurilinguismo na educação e na sociedade. In: Mello, H. et al. *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

ORLANDI, E. P.; SOUZA, T. C. C. de. (1988). “A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem”. In: ORLANDI, E. P. Política linguística na América Latina. Campinas: Pontes.

ORLANDI, E. P. (1999). Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes.

ORLANDI, E. P. (2007) Política linguística no Brasil. Campinas: Pontes.

ORLANDI, E. P. (2012). Espaços Linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. Campinas: Pontes Editores, 2012; RUA, n. 18, v. 2.

ROSA, R. P. S.; SOUZA, T. C. C. de. (2019) Política linguística, plurilinguismo e consenso. Revista Interfaces. Vol. 10 n. 2, p. 118-128.

ROSA, R. P. S. (2020) Plurilinguismo e política linguística em território fluminense: Proposta de uma cartografia discursiva. Dissertação — Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ.

SILVA, Denise. (2020) O trabalho de fortalecimento linguístico e cultural Terena. In: Curso de Extensão Política linguística e retomada/revitalização de línguas indígenas: um tributo a Aritana Yalawapiti [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2u4AvJoEu7Y>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

SOUZA, M. C.; ASSIS, B. V. P. (2021) Política linguística e revitalização/retomada de línguas indígenas brasileiras. Rio de Janeiro: JICTAC.

SOUZA, T. C. C. de. (2011) Língua nacional e materialidade discursiva: a influência do Tupi. In: Mello, H. et al. Os contatos linguísticos no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG.

SOUZA, T. C. C. de. (2018) Que línguas são faladas no Rio de Janeiro? – Plurilinguismo e política de línguas. Atas do VI Simpósio de Estudos de Língua Portuguesa (SIMELP). Santarém, Portugal: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém.

SOUZA, T. C. C. de. (2021). “Línguas indígenas, fronteiras e silenciamento”. Revista Língua e Instrumentos Linguísticos, no. 48. v.24. Campinas, SP.

SOUZA, T. C. C. de. (2022). Política linguística, política de línguas indígenas e línguas silenciadas. In: FIGUEIREDO, A. A. de A. et Al. (orgs.) Políticas Linguísticas e as línguas indígenas brasileiras. São Paulo, SP: PONTES.

SOUZA, T. C. C. de. (2023). Que línguas são faladas no Rio de Janeiro? – Plurilinguismo e política de línguas. In: DEUSADARÁ, B. et al. (orgs). Direitos linguísticos e refúgio. Campinas, SP: Mercado de Letras.

ANEXO I

Acesso às seguintes plataformas para maior detalhamento da cooficialização de línguas e seus devidos procedimentos jurídicos:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/206-1084311476/6042-sp-1843303019>

<http://amazonia.org.br/2015/05/idiomas-ind%EDgenas-macuxi-e-wapixana-s%E3o-oficializados-em-munic%EDpio-de-roraima/>

<https://oglobo.globo.com/brasil/cidade-de-mato-grosso-do-sul-adota-guarani-como-lingua-oficial-3000919>

<https://conexaoto.com.br/2012/04/25/tocantinia-passa-a-ter-akwe-xerente-como-lingua-co-oficial-e-recebe-centro-de-educacao-indigena>

https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_do_Brasil#Munic%C3%ADpios_brasileiros_que_posuem_l%C3%ADngua_co-oficial_ind%C3%ADgena

<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/>

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tukano#L.C3.ADnguas>

<https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-cultura/5457979>

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Baniwa>

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Macuxi>

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Wapichana>

<http://www.guarani.roguata.com/sites/default/files/text/file/uid110/aoki-gruenberg-informacoes-basicas.pdf>

<https://br.sputniknews.com/brasil/2018060611403683-mato-grosso-sul-faixa-de-gaza-brasil-genocidio-indigena-guarani-kaiowa/>

http://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4423208/mod_resource/content/1/Sobre%20a%20relaci%F3n%20Estado%20Nacional-lengua%28s%29%20anexo.pdf

<http://camarawestfalia.rs.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/1302.pdf>

<https://web.archive.org/web/20190418002920/>

https://www.camaraantonioprado.rs.gov.br/camara/proposicao/Leis-ordinarias/2016/1/APP_LINK/1197

<http://difusora890.com.br/aprovado-em-primeira-votacao-projeto-que-torna-o-talian-segunda-lingua-oficial-de-bento/>